



## CONTRIBUIÇÕES DO PRÉ VESTIBULAR COMO TERRITÓRIO ALTERNATIVO DE CIDADANIA

**Adriano R. De S. De La Fuente**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

*E-mail:* adrianelafuente@ufu.br

**Adriany de Ávila Melo Sampaio**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

*E-mail:* adrianyavila@gmail.com

---

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre o PVA como um Território Alternativo, considerando-o como *locus* de cidadania e inclusão social. A Proposta foi apresentada originalmente em forma de pesquisa de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia em 2019. O problema da pesquisa fundamenta-se na histórica dificuldade que os estudantes das classes economicamente menos favorecidas geralmente têm para ingressar no Ensino Superior, haja vista, que o ensino proporcionado pelo poder público tem de modo enfático demonstrado fator de segregação em favor de uma minoria, evidenciando-se assim, uma educação exclusiva para uma elite, favorecendo com isso, a manutenção de privilégios e, conseqüentemente contribuindo para aprofundar as desigualdades no País. Para a discussão fora realizado levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, a fim de fundamentar a discussão que se propôs como objetivo. Os resultados apontam para a comprovação do PV como um Território alternativo de Cidadania ao considerar que para composição desses Territórios são necessários: o chão, os grupos sociais, os objetos materiais, os elementos naturais e as interações sociais, políticas, econômicas e culturais costuradas a partir das interações no cotidiano do espaço geográfico. Assim, ao contribuir para a construção de novas possibilidades sociais de vida dos participantes, o PV configura-se como um Território de Cidadania, ou seja, confirma-se como materialização da inclusão social, política, econômica dos sujeitos na sociedade.

**Palavras-chave:** Categoria. Territorialidades. Educação. Geografia.

### INTRODUÇÃO

Na sociedade globalizada que se apresenta regida pela técnica, o território alcança novos paradigmas, pois, a natureza sofre cada vez mais a ação do homem e este torna-se cada vez mais dependente daquela, ou seja, estão integrados, por isso não se pode pensar o território desconsiderando essa unicidade. Aqui incluem-se, sobretudo, as investigações sobre o território e a sua importância considerando a abordagem cultural.

A complexidade do território se estabelece com a intensificação das práticas capitalistas, as quais ocorrem em conflito no espaço e, “tendem a desconsiderar os sujeitos sociais em sua plenitude, o seu papel, o seu devir” (MODESTO, 2014, p. 70). As disputas territoriais se retroalimentam a partir dos conflitos que se estendem no território.

Assim, nas últimas décadas, tem-se observado uma aplicação diversificada da categoria de análise geográfica Território por vários setores da sociedade e áreas do conhecimento, muitas vezes, banalizando ou fazendo uso genérico deste termo, como por exemplo quando dito: território do crime, droga, prostituição, público, privado, político, miséria, favela, farmácia, dentre outros diversos usos sem as devidas reflexões epistemológicas.

O artigo é componente parcial de resultado de pesquisa realizada como tese de doutorado em Geografia. A proposta do texto é buscar pensar sobre o PV como um Território alternativos de Cidadania, considerando para isso, todo o contexto em torno da constituição dos PV. Neste sentido, parte-se do pressuposto que o eventual ingresso no Ensino Superior funciona como um dispositivo de propulsão, gerando novas perspectivas e oportunidades de inclusão social, política, econômica e cultural dos sujeitos economicamente menos favorecidos em sociedade.

## **O PRÉ-VESTIBULAR NA CONDIÇÃO DE TERRITÓRIO ALTERNATIVO**

Considera-se o Pré-vestibular Alternativo (PVA) como um Território, pois, este é um *lócus* onde se compartilha de trocas de ideias sobre temas do cotidiano, da construção de resistências ao próprio ensino, que geralmente não respondem às demandas da sociedade moderna. Desse modo, o território é um espaço de (re)existência, pois busca por meio do compartilhamento de saberes, a transformação da consciência dos estudantes, geralmente trabalhadores(as), oriundos(as) das classes populares.

O Território é um composto de subjetividades, culturas, símbolos, territorialidades integradas pelos episódios sociais e sua carga de sentidos que tendem a ser inscritos no espaço geográfico, possibilitando diversas interpretações e sentimentos, materializando-se na cultura.

A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la. Carrega-se, assim, de uma *dimensão simbólica*. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentimento de comunidade compartilhada. Na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território. (CLAVAL, 2007, p. 14. *Grifos do autor*).



Partindo da hipótese de que Território está intrínseco à organização de determinados grupos, a partir das relações socioculturais concretizadas no espaço geográfico, observa-se que ao se efetivar como uma ação social integrada ao Território da Universidade (macro escala), o Pré-vestibular torna-se também um Território(microescala), provisório, pois, os sujeitos sociais que ali se encontram, intencionam transpor-se para o Território da Universidade, até então, inatingível, não autorizado e que para muitos se manterá inacessível, considerando o atraso escolar em relação às exigências pedagógicas conferidas aos processos seletivos tradicionais. Nesse sentido, considera-se que se trata de um processo seletivo inadequado, ou seja, um projeto de exclusão.

De acordo com Vasconcelos (2015) essa aprovação no vestibular pode ser um meio para a conquista da Cidadania, se estiver ligada à consciência de mundo e à sua posição nele, daí a importância da abordagem crítica, destaque para a importância dos saberes geográficos.

Desse modo, o PVA é um Território por representar um meio para se chegar à Cidadania, no qual os estudantes participantes poderão a partir de uma formação crítica alcançar inclusão na sociedade por meio do acesso à níveis elevados de educação. O PVA ergue-se como um Território materialmente perceptível de oportunidade para que os sujeitos das classes populares possam perceber como possibilidade de acessar níveis superiores de escolarização e, com isso, idealizar e ou proceder à sua inclusão social.

O PVA é um Território que promove respostas simples, mas contundentes às nossas próprias limitações, como sociedade. Essas limitações não são pela ausência do Estado, mas sua presença pouco eficiente no que se trata. O Estado usado pelo grupo que está no poder, cria na escola a possibilidade de manter tal situação. Há agravos severos que estão em andamento. Contudo, criam-se fissuras que permitem a penetração de propostas que se efetivam anunciando a presença e o poder das humanidades.

Tem-se na escola uma instituição que sofre reprovações da sociedade. A escola pública geralmente comparece limitada, apresentada pelos estudantes como um Território que não os motiva, que não inclui o aluno. Nessa negativa, o que resta para atender as demandas da sociedade, especialmente dos alunos que comparecem no PVA é permitir aquilo que a escola básica pública teoricamente não foi capaz de promover.

## **TERRITÓRIO PROVISÓRIO DO PVA E A POSSIBILIDADE DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR**

O êxito no acesso ao Território da Universidade para os estudantes das classes populares poderá simbolizar, entre outros fatores, a oportunidade de novas expectativas econômicas de vida, pois, as possibilidades poderão se ampliar na medida em que os mesmos consigam avançar nos estudos. Na situação de sujeito integrado ao Território da Universidade, antes tido como inatingível, o estudante passa a ser participante do Território agora permitido. No entanto, o Território do PVA continuará provisório para aqueles sujeitos que eventualmente não obtiveram aprovação no processo de acesso à Educação Superior.

O PVA é um Território provisório, porque os sujeitos que dele participam, vislumbram ingressar na Educação Superior. Além disso, há uma transitoriedade e conectividade de objetivos em jogo, pois, o primeiro, ou seja, ingressar no PVA cumpriu-se; o próximo é ingressar na universidade.

Os territórios se entrecruzam e podem ser lidos por diversas perspectivas, a partir dos interesses dos indivíduos que o utilizam para atingir inclusive objetivos distintos. Entre esses usos do Território, o mecanismo para alcançar o objetivo de acessar a Educação Superior e para aqueles que já conseguiram materializar o sonho de acessá-la, o Território da universidade passa a se constituir como Território da possibilidade.

É o território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho à sua concretude expressa através da conquista (...), da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem do novo território. (ALMEIDA, 2009, p. 217).

O Território que se apresenta com uma alternativa, representa uma possibilidade para que os sujeitos das classes populares encontrem a oportunidade de concretizar seus objetivos, sonhos e esperanças até então considerados inalcançáveis. Esse Território pode se apresentar como possibilidade para que os estudantes alcancem a própria consciência como sujeitos históricos, bem como seu papel na constituição da sociedade.

A compreensão desse Território constituído pelo PVA se dá a partir da concepção da territorialidade e da identidade dos sujeitos sociais. Desse modo, observa-se que o Território do PVA é constituído por um grupo de sujeitos sociais populares,

cujos objetivos comuns são o de alcançar a Educação Superior e, com isso, acessar novas perspectivas sociais de vida.

## **AS (DES)TERRITORIALIDADES DOS SUJEITOS NO PVA**

A concepção de territorialidade retratada no PVA refere-se à concepção social e cultural dos sujeitos participantes do Pré-vestibular Alternativo, pois, refere-se aos sujeitos oriundos de grupos sociais e culturas específicas, ou seja, as classes populares da sociedade. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que o PVA se afirmará como um Território de Cidadania e Inclusão.

Castro (2011, p.75) comenta que “esse território do desejo só se materializa diante da conquista, o que significa, no momento da luta, se tratar de um território em disputa, em processo de des-reterritorialização”. Território da possibilidade que poderá se constituir ou não, a depender de inúmeras variáveis.

O ingresso a níveis superiores de educação redimensiona a territorialidade dos sujeitos para novas perspectivas, contribuindo para que ocorra a abertura para novas perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais de vida como sujeitos participantes da sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido, a Cidadania é evidenciada como uma conquista a partir do Pré-vestibular Alternativo.

Compreende-se como Território do desejo a concepção compartilhada por Guattari e Rolnik (1986).

*O desejo amoroso não tem nada a ver com a bestialidade ou com uma problemática etológica qualquer. Quando ele assume essa feição estamos diante de algo que é exatamente da natureza do tratamento do desejo na subjetividade capitalística. Há um certo tratamento serial e universalizante do desejo que consiste precisamente em reduzir o sentimento amoroso a essa espécie de apropriação do outro, apropriação da imagem do outro, apropriação do corpo do outro, do devir do outro, do sentir do outro. E através desse mecanismo de apropriação se dá a constituição de territórios fechados e opacos, inacessíveis exatamente aos processos de singularização, sejam eles da ordem da sensibilidade pessoal ao da criação, sejam eles da ordem do campo social, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 281, grifos dos autores).*

Esse Território do desejo se constitui a partir da ação e sentimento de desejar algo que se pretende como uma conquista pessoal. Esse Território compõe-se substancialmente de elementos que estão aquém da superficialidade suplantada pelo capital, ou seja, vai além da aquisição de um objeto concreto. Assim, o Território do

desejo simboliza onde o sujeito deseja se construir como pessoa humana, onde as possibilidades podem comparecer.

Ao procurarem reinventar o Território, os autores desenvolveram uma perspectiva evidenciando a realidade social a partir do desejo. Para isso, oferece instrumentos para correlacioná-lo à esfera política, oportunizando, conseqüentemente, outras reflexões sobre os territórios considerados essencialmente heterogêneos e organizados a partir de uma ordem biológica, social, imaginária, semiótica, afetiva, política, cultural (LIMA, YASUI, 2014).

Por desterritorialização compreende-se que:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em uma linha de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada em um imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquímicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (GATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

A fluidez com que parte da sociedade se manifesta na atualidade contribui para o eterno fluxo do Território, ou seja, a desterritorialização permanente. O advento do trabalho na sociedade moderna auxilia nesse processo, quando impõe ao trabalhador ir em busca do mesmo para sua sobrevivência. Assim, a própria divisão social do trabalho permeada pela técnica, força os indivíduos, sobretudo, os mais pobres socialmente a buscarem por melhores condições de vida. Para isso, a desterritorialização tornou-se um aspecto implícito, a exemplo da própria territorialidade que os sujeitos constroem a partir das relações diversas processadas no Território. A territorialização representa a possibilidade de recomposição dos sujeitos em outro Território, motivado pela expectativa de mudança para melhor, o que nem sempre ocorre.

A desterritorialização pode ser definida como uma extinção de Território, ou seja, um movimento contínuo onde os sujeitos participam cotidianamente a partir das relações estabelecidas. Concomitantemente, observa-se uma perda das próprias territorialidades advindas dos vínculos socioculturais dos indivíduos na convivência cotidiana.

Os estudantes participantes do PVA territorializados nas suas respectivas realidades, ou seja, cidades, distritos, bairros, vilas, comunidades, assentamentos, sítios,



e pequenas propriedades rurais, desterritorializam-se no PVA. Alguns deles acabam se reterritorializando posteriormente com o acesso à Educação Superior (universidade) – Território da possibilidade. Nesse sentido, o PVA se reafirma como Território de formação e solidariedade no sentido de possibilitar mecanismo seja pedagógico ou emocional para incluir processos sociais, ou seja, a Cidadania.

A desterritorialização no Território da possibilidade nesse contexto, representa à princípio a expectativa de alcançar melhores condições de vida com aquisição de níveis mais elevados de educação. Porém, pode significar também, retrocesso, pois, considerando o sistema capitalista atual, compreende-se que estamos pensando em um processo de inclusão, em uma sociedade desigual e que afirma o seu poder reproduzindo a desigualdade extrema, grave e desmotivadora.

Nessa perspectiva, mesmo sendo crítico o PVA não consegue se livrar dos mecanismos da seletividade e da preparação de estudantes excluídos para servirem à própria desigualdade. Trata-se de uma inclusão ao processo de (re)produção capitalista, que exige trabalhadores qualificados, ou seja, eles estão no PVA para se qualificarem. Qual a qualificação que o sistema exige atualmente? Será mesmo a universidade? Eles podem estar no PVA por outros motivos também?

## **O PVA COMO UM LÓCUS DE INCLUSÃO E CIDADANIA**

A participação no PVA pode ser também motivo para se sentir incluído, ou seja, participar daquilo que foi um sonho dos seus familiares. A inclusão não se realiza apenas com a entrada em um curso universitário. Ela comparece desde quando ele foi selecionado no PVA. O PVA é uma porta de entrada. Mas o que ele encontra nele? No PVA eles encontram aquilo que eles não tinham como acessar, e o acessam timidamente ou enclausurados na formação para o trabalho. A clausura do sonho, um projeto de família que a universidade onde se encontra o PVA pode ajudar a realizar. Essa ajuda se realiza com professores dedicados, pacientes e capazes. Então, isso raramente existe na escola pública contemporânea.

Considerando o Território da universidade, desterritorializar nele significa para os sujeitos um movimento onde poderão encontrar novas maneiras de concretizar seus objetivos de vida. O Território da possibilidade de concretizar os sonhos se materializa como real e possível para os estudantes com o uso desse mesmo Território.





O PVA é um Território privilegiado onde ocorre a territorialização de projetos de vida trazidos pelos participantes, cria e recria a partir das relações socioculturais, novas territorialidades no âmbito do Território onde alguns têm intenção de se reterritorializar na universidade.

O Território se apresenta como possibilidade de construção de Cidadania, pois, conforme Andrade (1995, p.20) “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas”.

Nesse Território do PVA se manifestam diversas discussões, participações e questões do dia a dia que são utilizadas para reflexões mais aprofundadas sobre política, social, economia, cultural, temas recorrentes à própria vida dos sujeitos participantes em sociedade.

O PVA como Território vai muito além dos seus próprios limites educativos. Sobre isso, Fernandes (2008 p. 197) explica que, “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais”. Isso, aponta para a complexidade do PV como Território alternativo de Cidadania, pois, inseridos nele existem diversos outros micro territórios que se ampliam.

O PV na condição de Território alternativo de Cidadania promove nos sujeitos participantes, a reterritorialização dos seus territórios de origem, dos quais foram desterritorializados sonhos, projetos, objetivos e esperanças, pois, no convívio cotidiano, os estudantes estabelecem vínculos que posteriormente poderão ser instituídos ou restituídos nas suas comunidades de origem, possibilitando até mesmo transformá-los. Esse processo de desterritorialização vai se confirmando e comparecendo na medida em que os sujeitos vão estabelecendo entendimento crítico sobre a realidade social, política, histórica, cultural e econômica na qual se encontram inseridos.

As subjetividades começam a ser apropriadas a partir da participação no PVA, repetindo o mesmo processo das artes populares e eruditas. Na medida em que as novas tendências vão se solidificando, a desterritorialização acontece por meio da dificuldade e/ou mesmo da (im)possibilidade do diálogo entre a linguagem científica e erudita e as linguagens das comunidades populares, as quais, pertenciam.

O Território que se abre aos sujeitos contribui para que algumas das particularidades do Território comunitário sejam quebradas, até mesmo pelas diversas e





diferentes linguagens do mundo acadêmico. À princípio, isso pode gerar consequências positivas, por exemplo, quando ocorre o rompimento da sujeição da comunidade sobre a sua condição de pobreza. Mas, também pode ser doloroso e, trazer outras consequências, pois, às vezes também rompe com alguns valores culturalmente cultivados pelo grupo.

Pode-se tomar como referência, o mito da “caverna de Platão”, no qual o sujeito que conhece um (novo mundo) com o sentimento de patriota, decide retornar à sua comunidade e apresentar seu novo olhar (descobertas), mas a comunidade o contesta. Neste exemplo, pode-se dizer que a desterritorialização é instituída entre o estudante do PVA e sua comunidade, contribuindo para um possível rompimento entre ambos, pois, não se encontram-se na mesma realidade.

No processo de ingresso dos sujeitos no PVA, os estudantes tentam se reterritorializar na perspectiva de capturar novas oportunidades e melhores perspectivas de se incluir na própria sociedade. Neste aspecto, abre-se a expectativa por novas possibilidades, ou seja, uma esperança, a qual os sujeitos carregam como projeto de vida, que poderá lhes ajudar a minimizar a situação de vulnerabilidade social na qual se encontram, caso consigam concretizar seus objetivos de ascensão educacional.

O PVA como Território de Cidadania proporciona aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, uma formação que procura resgatar ou incutir nos estudantes, a consciência do papel como cidadão na sociedade. Assim, eles poderão perceber-se como importantes e se reconhecer como sujeitos em um processo essencialmente histórico. O PVA é Território quando se apresenta como uma oportunidade para expressão da cultura, expectativas, alegrias, esperanças, desesperanças e desilusões, conflitos, dentre outros sentimentos.

O PV como um Território alternativo procura por meio do diálogo coletivo problematizar as condições de desigualdade de vida dos sujeitos na sociedade, explorando a possibilidade de relacioná-los aos conteúdos exigidos pelos processos seletivos, demonstrando com isso, as interconexões existentes entre a teoria e a realidade concreta, bem como, a importância em aprender observando a totalidade<sup>1</sup> da ocorrência dos fenômenos na sociedade, por exemplo.

---

<sup>1</sup> Santos (2006, p.74) argumenta que: “Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes”.



As práticas que ocorrem no PVA procuram instigar nos estudantes a reflexão sobre os seus contextos originais de (re)existência. Com isso, busca-se contextualizar o próprio ambiente de convivência e permitir aos mesmos percebê-los como resultado das relações desiguais mediadas pelas diferenças de classe, ampliadas pelo sistema capitalista, do qual são parte integrantes.

Mas o fato é que as desigualdades e as diferenças que inferiorizam alguns territórios acabam por estigmatizar os sujeitos que ali vivem. Não é à toa que muitos jovens que moram na favela evitam dizer seu endereço quando vão procurar emprego. (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Ao potencializar aos sujeitos sociais o entendimento sobre as próprias condições de existência e sujeito histórico, o PVA contribui para que o mesmo modifique a maneira de perceber e atuar em relação ao próprio Território, questionando a própria realidade e os fenômenos decorrentes da dinâmica da sociedade. Neste sentido, o PVA é uma construção de resistência ao ensino que não responde às demandas da sociedade do século XXI.

Os Pré-vestibulares voltados para as classes populares, de maneira geral podem ser identificados como Territórios onde se desenvolve a construção de uma perspectiva cidadã. Podem ser pensados como Território, pois, ao se apropriar politicamente dos PV, os sujeitos sociais têm a oportunidade de reorganizar novos comportamentos coletivos de resistência, reterritorializando-se em novos e múltiplos territórios, o que os possibilita fazer mudanças e transformações significativas na sociedade.

O PV como um Território alternativo é o *lócus* no qual se procura construir de maneira coletiva o sentido de Cidadania, de pertencer e usufruir da sociedade em que se está incluído. Isso surge, a partir do diálogo e das práticas pedagógicas que evidenciam a participação política dos sujeitos nesta sociedade, contribuindo assim, para a construção de uma convivência pacífica, consciente e crítica a respeito da participação na sociedade.

O PV é um Território especificamente alternativo e para muitos estudantes a única saída, uma possibilidade, abertura para melhores condições de vida. Como um Território é uma manifestação daquilo que é possível fazer no contexto do caos, do contraditório. A probabilidade surge com o pensar na possibilidade de também se incluir no contraditório.

O contraditório é a universidade e como esse Território afirma-se para o sujeito. O contraditório é aquilo que não foi contemplado, incluído. Ele tolera, permanece na



franja do sistema, mas com desejo e com vontades próprias. Vontade de pertencer ao espaço, condição para se estabelecer no Território e se beneficiar propriamente dele.

Desse modo, estamos diante de possibilidades e inclusão, não daquilo que promete o PVA. Mas daquilo que resta de seu nexos. O PVA vai além, muito além daquilo que consta dos capítulos da sua resolução. Neste Território, estudantes e professores, têm a oportunidade de dialogar, (re)pensam, em mecanismos de como se posicionar frente ao mundo. Tornam-se assim, capazes de entenderem-se como seres politizados, capacitados para atuar e transformar a sociedade em que estão inseridos.

O fato do PVA se caracterizar como Território de Cidadania, não impede que se façam críticas das suas próprias limitações, pois, não se consegue êxito com todos os envolvidos, haja vista, muitos também não conseguem seguir frequentes e acabarem evadindo ou mesmo não obtendo êxito de aprovação na universidade, o que faz com que muitos não prossigam tentando. O PVA não consegue atingir a todos que usufruem do que é oferecido pelo curso. Além disso, como possibilitar que pessoas se posicionem, reivindiquem, se passaram a vida sendo excluídos, destituídos de seus direitos?

Compreende-se que as iniciativas educativas que tenham como enfoque a educação com e para as classes populares podem ser consideradas territórios onde se desenvolve efetivamente uma concepção crítica de Cidadania. No PVA a construção do pensamento crítico tem procurado se efetivar de maneira recorrente a partir das diversas atividades pedagógicas realizadas. O objetivo é fazer com que o próprio estudante perceba que a sociedade, e o próprio PVA tem suas ambiguidades, entre elas, o fato de ter que preparar o estudante para entrar naquilo que é também antidemocrático, ou seja, a sua inclusão na economia capitalista, geradora do processo de exclusão e motivo inclusive da situação do mesmo estar necessitando de um auxílio para alcançar níveis historicamente elitizados de educação.

Todos os projetos que objetivam resgatar/trabalhar em campos da cultura local acabam tendo algum tipo de impacto no entorno, sendo o maior deles o de caráter educacional – formam um saber, desenvolvem a consciência de pertencimento da comunidade local. (GOHN, 2010, p. 84).

O desenvolvimento de projetos com propostas com enfoque social e que se envolvem com as comunidades locais pode influenciar a formação política e a conscientização crítica das comunidades populares, contribuindo para a construção cidadã da própria sociedade.



O Território do PVA no qual se materializam sonhos, projetos, expectativas em relação ao futuro é o mesmo onde os sujeitos constroem sentido sobre a participação na sociedade. Trata-se de uma construção pessoal e coletiva dos sujeitos, pois, nesse Território, as desigualdades sociais emergem como problemática na busca por maneiras para amenizar e transformar.

O território também representa o chão do exercício da Cidadania, pois Cidadania significa vida ativa, no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2003, p. 33).

O Território expressa as relações sociais estabelecidas pelos sujeitos a partir do convívio em sociedade. A Cidadania como uma essência fundante de qualquer sociedade que se diz democrática tem no Território a superfície necessária para que ocorra a materialização dos resultados das relações sociais estabelecidas. Esse vínculo entre Território e Cidadania pode retratar as desigualdades sociais existentes e que muitas vezes passam despercebidas, gerando a falsa ideia de harmonia na sociedade, quando na verdade, as pessoas encontram-se oprimidas nos seus territórios de vivência.

Observa-se que a Cidadania se materializa no Território a partir das vivências no cotidiano dos sujeitos. É nesse Território que as relações de poder podem se restabelecer, gerando muitas vezes divergências e conflitos entre os sujeitos, o que fomenta a desigualdade ao acesso aos direitos fundamentais. O PVA como Território se apresenta como *locus* importante nesse processo, ou seja, para a construção e exercício de práticas de Cidadania, pois, é no Território que as relações sociais são evidenciadas e materializadas a partir do sentido que os sujeitos constroem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Resultante das relações de poder no tempo e no espaço, o Territórios se constitui a partir das múltiplas relações decorrentes do movimento contínuo e dinâmico do homem e suas ações na complexa e dinâmica realidade em sociedade. Isso significa que nem sempre os limites territoriais constituídos podem ser identificados concretamente, tocados ou visualizados de maneira empírica, mas que podem ser percebidos implícitos imaterialmente e impressos no modo de viver de um determinado grupo em um Território específico.



O Território que historicamente se impôs como condição fundamental de existência da vida humana, e que não permitia outro caminho, senão a submissão do homem às condições impostas pela natureza, se amplia para outras possibilidades, permitindo novas perspectivas de análise e compreensão da organização da vida em sociedade.

As reflexões a respeito dos PVA e as contribuições dos mesmos para a formação crítica em torno da Cidadania dos sujeitos das classes sociais pobres, torna-se importante, pois auxiliam a fundamentar as discussões a partir do contexto histórico de desenvolvimento da educação no País.

No entanto, observa-se que, se por um lado o PVA pode se tornar/firmar como um Território para formação para a Cidadania, por outro, ele também pode atuar como mecanismo para manutenção de privilégios e aprimoramento do *modus operandi* do sistema capitalista. Isso ocorre se a contribuição do PVA na formação para as classes populares se limitar apenas em torno da inclusão dos sujeitos pobres na Educação Superior, a fim de melhorar suas expectativas econômicas, qualificando-se como mão de obra e, com isso, ampliando o número de consumidores.

O PVA como Território de Cidadania e inclusão precisa ser compreendido como um complemento da escola pública, pois ele só tem razão de existir porque a escola básica gratuita (re)existe. A inexistência da instituição pública e, conseqüentemente, do acesso das classes populares aos níveis elementares de escolarização, corrobora a inexistência de iniciativas como a dos PVA. Além disso, a escola pública é também composta de positivities, ou seja, existem nos espaços escolares públicos, professores comprometidos com os principais problemas da sociedade, os quais buscam formar uma geração menos alienada e passiva dos seus direitos, porém, que não são vistos e valorizados como deveriam pela própria sociedade.

O artigo procurou pensar também a importância da educação para a construção de uma sociedade menos desigual e o papel que essa educação pode assumir na formação de sujeitos conscientes politicamente. A investigação confirma que o PVA contribui efetivamente para a formação da Cidadania e inclusão dos sujeitos participantes, pois, auxilia na formação crítica dos sujeitos oriundos das classes populares, auxiliando-os a se reintegrarem na vida a partir da sua emancipação e inclusão como cidadãos emancipados, autônomos e conscientes dos seus direitos e deveres na sociedade.



Por fim, compreende-se que o PV como Território alternativo não resolverá todos os problemas da Educação Brasileira, porém simboliza uma forma de resistência dos sujeitos em relação a um projeto que vem se organizando desde muito cedo na sociedade, ou seja, o acesso ainda hoje restrito à educação pública de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 215 - 225.

ALVES, M. Z.; OLIVEIRA, I. Juventude e Territórios: o campo e a cidade. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, L. C. (Orgs.). **Cadernos Temáticos: Juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

CASTRO, C. A. de. **Movimento socioespacial de cursinhos Alternativos e populares: a luta pelo acesso à Universidade no contexto do direito à cidade**. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2011.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

DE LA FUENTE, A. R. de S. **Pré-Vestibular Alternativo como Território de Cidadania: contribuições do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. 422 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2019.

FERNANDES, M. B. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. Cortez, 2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 281-290.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo, Cortez, 2003.

LIMA, E. M. F. de A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, jul-set 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042014000300593&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042014000300593&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 18 nov. 2020.



MODESTO, N. S. D'A. A "ausência assistida" do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço. In. SILVA, C. A. da; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. d'A. **Por uma Geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, A. T. de. Dilemas e desafios do ensino nos pré-vestibulares populares. In. SACRAMENTO, A. C. R.; ANTUNES, C. da F.; SANTANA FILHO, M. M. de. (Orgs.). **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.369-390.

